

Nota Preliminar

Na “Rotterdam Conference on Schooling for Tomorrow”, realizada em Novembro de 2000, foram exploradas novas formas de governação e decisão política, com vista a preparar os sistemas escolares para enfrentarem os novos desafios do séc. XXI.

As conclusões desta Conferência dão relevo a alguns aspectos relacionados com a inovação educacional, como sejam:

As políticas educativas devem promover ambientes favoráveis à inovação e à disseminação das "boas práticas", mas para que as soluções imaginativas se traduzam em mudanças reais, carecem de ser construídas no terreno, implicam o envolvimento e a iniciativa das escolas, enquanto organizações aprendentes, sintonizadas com objectivos claros e ambiciosos e com os problemas e necessidades locais.

As práticas de sucesso não podem permanecer como exemplos isolados, devendo antes ser partilhadas e disseminadas, reforçando os laços entre as escolas e as comunidades, estimulando e desenvolvendo o parceria e abrindo novas oportunidades de conhecimento e aprendizagem.

Além disso, a excelência das inovações locais não pode basear-se unicamente na influência pessoal e no carisma dos seus líderes; as práticas de sucesso requerem elevados níveis de apoio e adequados mecanismos de auto-regulação e avaliação, por forma a garantir que os seus benefícios tenham sustentabilidade no futuro.

As escolas foram instituições da maior importância na transformação das sociedades agrárias em industriais, e sê-lo-ão também hoje e amanhã, na passagem às sociedades do conhecimento e da aprendizagem, desde que revitalizadas, dinâmicas e inovadoras.

O Programa "Boa Esperança/Boas Práticas" define como principal objectivo a promoção da qualidade educativa para todos e procura aprofundar, incentivar e disseminar as "boas práticas" já existentes no sistema. Além disso, visa promover a qualidade, através do apoio à construção de uma cultura de avaliação, assumida por todos os participantes, e também por meio da investigação e estudo das dinâmicas e processos que caracterizam e explicam as práticas bem sucedidas.

Reconhece-se igualmente que o Sistema Educativo Português conta com muitos profissionais competentes, dedicados e empenhados que procuram resolver os problemas que a sua actividade educativa lhes coloca através de práticas inovadoras e de qualidade. São algumas das experiências bem sucedidas de muitos destes professores que o Programa "Boa Esperança" procura valorizar, apoiar e promover, utilizando estratégias de participação, de suporte e incentivo à inovação e de investigação sobre práticas de qualidade.

Decorre, igualmente, dos princípios do Programa o desenvolvimento de um processo de pesquisa e de investigação, cometido às Equipas de Apoio Regional, e a levar a cabo conjuntamente com a mediação, negociação e contratualização do aprofundamento das práticas, dos recursos a disponibilizar e do acompanhamento e apoio à actividade dos inovadores.

O Programa "Boa Esperança" representa, por assim dizer, o interior de um triângulo cujos vértices são a) os professores "praticantes" de "boas práticas", b) as autoridades centrais e regionais de educação (Ministério da Educação, IIE, DRE) e c) os investigadores e instituições de Ensino Superior (ESE, Universidades). Por outras palavras, situa-se numa área de confluência entre as Políticas Educativas, as Práticas Pedagógicas e a Investigação Educacional.



Estamos, portanto, perante uma rede de inter-relações orientadas e supervisionadas pelos órgãos centrais, mas dominadas por interacções múltiplas das equipas de apoio regional com as práticas seleccionadas e com os seus agentes. E é da qualidade destas interacções que depende, em grande medida, o sucesso do Programa.

É comum aceitar-se que os processos de inovação não se decretam, não se regulamentam, antes se motivam, se acompanham, se incentivam, se apoiam e se investigam, para melhor se desenvolverem e explicarem. Os processos que visam garantir a sustentabilidade e a disseminação de práticas de qualidade ou o desenvolvimento e aprofundamento de inovações devem assumir um carácter eminentemente investigativo, com a participação de diversas agências e em colaboração com os principais actores da prática em causa.

A mudança educativa constrói-se nas escolas, em articulação com as comunidades envolventes e com os centros de investigação e formação do ensino superior. Deste modo, um programa que valoriza a iniciativa local de escolas ou redes de estabelecimentos de ensino, com vista à promoção da qualidade educativa, recebe orientações do poder central, mas apoia o desenvolvimento das práticas em contexto e investiga, de modo colaborativo, as dinâmicas e os factores promotores de qualidade.

Por outro lado, para se atingirem novos patamares de qualidade, para se introduzirem mudanças educativas, é indispensável dar protagonismo aos professores, apoiar o seu envolvimento em processos de reflexão e investigação, de preferência com o acompanhamento e a colaboração de profissionais em investigação educacional. Estes investigadores participam como agentes facilitadores, mais distanciados do quotidiano das práticas, com experiências diversas e potencialmente complementares das predominantes no seio da "boa prática". Contudo, a promoção da qualidade educativa exige a confiança, a adesão e a participação efectiva dos professores. A transformação e melhoria das práticas educativas só pode conseguir-se através de uma prática de reflexão partilhada e de uma participação crítica em processos de auto-avaliação e de investigação das próprias práticas.

O Seminário INOVAÇÃO EM EDUCAÇÃO, organizado pelo Conselho Nacional de Educação em parceria com o Instituto de Investigação Educacional, cujas Actas vêm agora a público, visou contribuir para uma reflexão aprofundada sobre as questões da inovação educacional, nomeadamente sobre os processos de promoção e apoio às inovações, com particular incidência no Programa "Boa Esperança" e com base em exemplos de "práticas" nele integradas.

Julgamos que as apresentações feitas, bem como os debates então suscitados, que agora damos à estampa, mostram bem da utilidade e interesse das reflexões produzidas, e espera-se que a sua publicação venha a tornar-se de igual interesse e utilidade para todos quantos se dedicam ao estudo e ao desenvolvimento educativo do nosso País.

Manuel I. Miguéns

Secretário-Geral do Conselho Nacional de Educação